

BOAS PRÁTICAS



Cuidados para se esquivar de revistas predatórias

Site fornece um checklist para orientar pesquisadores na escolha de periódicos científicos idôneos

Uma ferramenta disponível na internet vem ganhando usuários e apoiadores por sua habilidade em ajudar pesquisadores na escolha de revistas científicas idôneas para publicar seus *papers*. O site Think.Check.Submit (thinkchecksubmit.org) enumera uma lista de cuidados capazes de evitar que um autor desavisado ceda à propaganda enganosa dos chamados periódicos predatórios, títulos de baixa reputação que disseminam artigos em troca de dinheiro sem fazer uma avaliação por pares genuína.

O nome do site resume as etapas capazes de orientar uma escolha consistente. O primeiro passo (*pense*) é retórico e apenas chama a atenção para o perigo dos títulos predatórios e a importância de identificar periódicos e editoras confiáveis. A segunda etapa (*verifique*) é o checklist propriamente dito. O pesquisador é instado a responder a uma série de perguntas sobre a revista que está sendo considerada. Parte das questões diz respeito à reputação e às características do periódico: você o conhece? Já leu algum artigo publicado nele? O nome da revista é fácil de confundir com o de outra?

Um segundo bloco de perguntas examina se a publicação é acessível: o nome da editora está claramente informado no site da revista? É possível contatá-la por telefone, e-mail ou correio? Outro foco do checklist é o processo de revisão por pares, cujo rigor busca identificar erros e rejeitar artigos sem consistência. O site da revista menciona se a avaliação do conteúdo dos *papers* envolve revisores externos e independentes? Quantos revisores avaliam cada artigo? Duas questões desse rol merecem atenção específica por indicar uma prática irregular típica das revistas predatórias, que é a ausência de uma autêntica revisão por pares: o periódico oferece garantia de publicação? A análise do manuscrito é realizada em prazo muito curto? Há, também, perguntas sobre a possibilidade de depositar uma cópia do artigo em repositórios de acesso aberto e a existência de diretrizes sobre possíveis conflitos de interesse para autores, revisores e editores.

Por fim, o autor deve verificar se o periódico é afiliado a instituições que zelam por boas práticas de publicação, como o Committee on Publication Ethics (Cope), fórum de editores sediado no Reino Unido dedicado à formulação de normas sobre integridade científica, ou o Diretório de Revistas de Acesso Aberto (Doaj), composto por periódicos de acesso aberto que respeitam requisitos mínimos de qualidade. “Um ‘não’ para essa pergunta levanta uma bandeira vermelha, porque as organizações listadas realizam verificações rigorosas sobre a integridade de revistas ou editoras antes de aceitá-las como membros”, explicou a bibliotecária inglesa Lorraine Estelle, chefe de comunicações do Think.Check.Submit, em um artigo publicado no site do Cope.

A última etapa (*submeta*) é curta e simples: os pesquisadores são aconselhados a submeter seus trabalhos apenas se estiverem confortáveis com as respostas para a maioria ou para todas as indagações do checklist.

O serviço existe desde 2015 e foi fundado por nove instituições, entre as quais o Cope, editoras como a Springer Nature e a Biomed Central, e a Associação das Bibliotecas de Pesquisa da Europa – hoje também é apoiado por diversas organizações que promovem o acesso aberto de publicações científicas. Aos poucos, foi expandindo seu alcance. Atualmente, o checklist é oferecido em mais de 40 idiomas e recentemente ganhou uma nova versão, talhada para orientar autores que desejam publicar livros em vez de artigos. Também passou a ser adotado em materiais de programas de treinamento em integridade científica, como o da Universidade de Tecnologia do Texas (TTU), nos Estados Unidos.

Segundo Estelle, o checklist foi idealizado para auxiliar autores de *papers* a fazer escolhas conscientes. “Nosso site fornece um recurso único para uso de pesquisadores. A preparação para publicar um resultado de pesquisa pode ser assustadora, especialmente se for pela primeira vez”, afirma. Ela explica que a principal estratégia para identificar periódicos desonestos – a consulta a listas disponíveis na internet que compilam títulos suspeitos – revelou-se problemática. “Algumas dessas listas seguem critérios subjetivos e incluem editores que não têm intenção de enganar ninguém, embora careçam de recursos para melhorar seus padrões editoriais ou técnicos.”

A rapidez com que surgem novos periódicos predatórios faz com que essas listas estejam sempre desatualizadas. Um estudo publicado em 2014 por dois pesquisadores da Escola de Economia Hanken, na Finlândia, estimou em 8 mil o número de revistas predatórias naquela época. Muitas desaparecem assim que são identificadas, outras surgem em tópicos de pesquisa emergentes. Já um relatório divulgado em 2021 pela empresa norte-americana Cabell International apontou 15.059 periódicos inidôneos.

Em um texto publicado no site da Think.Check.Submit, a bioquímica espanhola Iratxe Puebla destaca um novo front de cooptação de autores apropriado pelas revistas predatórias: os repositórios de *preprints*. É comum que *preprints*, manuscritos com resultados preliminares ainda não submetidos à avaliação por pares, sejam avaliados posteriormente por revisores e se transformem em artigos publicados em revistas. Pois os autores desses trabalhos vêm sendo abordados por revistas inidôneas com ofertas para publicação dos resultados. “Os periódicos predatórios são descarados em suas práticas”, afirma Puebla, que é diretora associada do ASAPbio, organização criada em 2015 para promover o uso de *preprints* nas ciências da vida. Segundo ela, periódicos desonestos costumavam convidar autores a escrever sobre temas que haviam abordado em artigos anteriores. Com os *preprints*, o assédio ficou mais fácil.

Os cuidados do checklist também são válidos para os autores de *preprints*, mas Puebla chama a atenção para outros tópicos suspeitos. Se o e-mail de contato não tratar o autor pelo nome ou não tiver a assinatura de um editor, possivelmente não se trata de um convite real, mas de um estratagema para obter informações sobre o pesquisador. Da mesma forma, se o e-mail não incluir comentários específicos sobre o trabalho descrito no *preprint*, é provável que o remetente nem sequer tenha lido o conteúdo. ■

Fabrcio Marques

Assédio derruba conselheiro científico de Biden

P principal conselheiro científico da presidência dos Estados Unidos, o biólogo e matemático Eric Lander, de 65 anos, renunciou ao cargo em meio a acusações de assédio moral. Uma investigação que durou dois meses concluiu que o chefe do Escritório de Política Científica e Tecnológica (OSTP) da Casa Branca mantinha “interações desrespeitosas” com seu estafe, principalmente o feminino. “Lander praticava retaliação contra membros da equipe que faziam contestações e questionamentos, ofendendo-os, diminuindo-os, constrangendo-os na frente dos colegas e rindo deles”, disse Rachel Wallace, ex-conselheira-geral do OSTP, de acordo com o site Político. “Várias mulheres foram levadas às lágrimas, traumatizadas, sentindo-se vulneráveis e isoladas”, informou. Segundo ela, as represálias culminavam com o esvaziamento e o afastamento das funções daqueles que

discordavam. Catorze funcionários e ex-funcionários do Escritório descreveram episódios semelhantes.

“Estou devastado por ter causado danos a colegas no passado e no presente”, disse Lander ao apresentar a demissão. “É minha responsabilidade definir um tom respeitoso para a nossa comunidade. É claro que não estive à altura dessa responsabilidade. Falei com colegas da OSTP de maneira desrespeitosa ou humilhante.” O biólogo foi um dos principais líderes do Projeto Genoma Humano, concluído em 2003. Professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e da Escola de Medicina de Harvard, ele ajudou a fundar e presidiu o Broad Institute, organização de pesquisa em medicina genômica fruto de uma parceria entre o MIT, a Universidade Harvard e cinco hospitais da cidade de Boston.

Em 2016, Lander envolveu-se em uma controvérsia ao criticar uma cientista da

Universidade da Califórnia que disputava uma patente com o Broad Institute. Ele minimizou o papel da pesquisadora no desenvolvimento da Crispr-Cas9, ferramenta capaz de alterar genes de qualquer célula viva, com aplicações potenciais na cura de doenças e no melhoramento genético de plantas. Tratava-se da bioquímica Jennifer Doudna. Em 2020, a contribuição dela foi reconhecida com o prêmio Nobel de Química, em parceria com a francesa Emmanuelle Charpentier. A Universidade da Califórnia e o Broad Institute travam na Justiça norte-americana uma disputa por patentes e pelo pioneirismo da tecnologia. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, foi questionado pela imprensa por não ter afastado Lander do comando do OSTP durante os dois meses de investigação. Isso porque, na campanha eleitoral, ele prometeu uma política de “tolerância zero” frente a casos de assédio moral no governo.

A doença do autoplágio na Rússia

Em um artigo publicado em fevereiro no *Journal of Informetrics*, dois pesquisadores de uma empresa da Rússia especializada em detecção de plágio quantificaram um tipo de má conduta com prevalência anormal no país: a reciclagem de trabalhos científicos praticada pelos próprios autores. Yury Chekhovich e Andrey Khazov, da empresa de software Antiplagiat, sediada em Moscou, analisaram um volume de 3,8 milhões de artigos armazenados em uma plataforma on-line de periódicos russos, a eLIBRARY.RU, e encontraram mais de 70,4 mil documentos com conteúdo repetido, total ou parcialmente – quando a sobreposição do texto correspondia a pelo menos dois terços do trabalho original. A maioria dos casos era de duplicação, mas cerca de 5 mil artigos envolviam a reprodução, como se fossem novidade, mais de três vezes, havendo um exemplo de reaproveitamento em 73 ocasiões. De acordo com o levantamento, foi observado um aumento na quantidade e na proporção de publicações recicladas de 2014 a 2017 – nesse período, 1 em cada 20 *papers* de periódicos russos é uma cópia exata ou então é muito semelhante a trabalhos existentes. Chekhovich disse ao site da revista *Times Higher Education* que, com frequência, a duplicação acontece porque alguns autores têm o hábito de submeter simultaneamente um mesmo artigo a vários periódicos, o que é totalmente irregular. “Nossas revistas estão mal preparadas para lidar com as tentativas de publicar um trabalho em vários lugares”, afirmou.